



GT 02 | Compreendendo as Conexões e Interfaces do Direito à Cidade com a Justiça Climática e o Racismo Ambiental

AS OCUPAÇÕES NAS VÁRZEAS DO RIO TIETÊ, UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL

Tatiana Zamoner¹
Diego Gonçalves²

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento das questões das enchentes e inundações que impactam milhares de habitantes das várzeas inundáveis em áreas urbanas é uma discussão necessariamente interdisciplinar. A experiência acumulada ao longo de anos de desastres anunciados leva a constatação de que a questão da drenagem urbana não está restrita a necessidade de obras estruturais preconizadas pela engenharia hidráulica.

O histórico de atuação da equipe técnica da Defensoria Pública³ em diversas comunidades impactadas pelos episódios de enchentes nas várzeas do Rio Tietê ao longo dos últimos 15 anos ou impactadas pelas remoções de moradias necessárias para a construção dos sistemas de contenção conhecidos como polderes sugere reflexões necessárias a respeito das abordagens em torno da possível conciliação entre meio ambiente e ocupações humanas em várzeas alagáveis, a partir da contribuição de decisões técnicas que não podem desconsiderar os contextos sociais e ambientais associados aos desastres naturais.

¹ Doutoranda pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Arquiteta Urbanista no Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo. tatianazamoner@gmail.com.

² Graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, arquiteto urbanista no Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo. Dgs_diego85@hotmail.com.

³ Utilizamos como parâmetro de análise técnica a atuação interdisciplinar nos seguintes processos judiciais:

Processos 0000695-43.2010.8.26.0053 e 0001567-53.2013.8.26.0053. Ação Civil Pública – Inundações da Várzea do Rio Tietê na região do Jardim Pantanal, anos 2009/2010; Como exemplo dos processos de desapropriação requeridos pelo DAEE para a construção do polder da Vila Itaim, podemos citar o processo nº 1012986-48.2016.8.26.0053 da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Ação de desapropriação. Requerente – DAEE. Requerida – Itacaré Industria Extrativista de Minério Ltda.



2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A gestão das águas nas grandes cidades passa por uma série de questões estruturais que permeiam as discussões em torno do ambiente urbano. No contexto da ocupação das várzeas do Rio Tietê na macrometrópole de São Paulo, formada por um conjunto de bacias hidrográficas fortemente impactadas pelo processo de adensamento construtivo, as várzeas do Rio Tietê menos valorizadas do ponto de vista fundiário encontram-se ocupadas, preferencialmente por populações de baixa renda. Além de um problema ambiental, trata-se de uma problemática essencialmente social, onde as populações que ocupam as várzeas dos rios e estão mais sujeitas aos recorrentes episódios de alagamentos e inundações são as mais socialmente fragilizadas, e que demandam a efetivação de políticas públicas de habitação e assistência social.

O contexto de ocupação das várzeas alagáveis, entendido sob a lógica da construção social dos riscos (CANIL et al., 2020), é resultado de diferentes decisões e ações de apropriação, uso e ocupação do solo em diversas escalas temporais e espaciais, que potencializam desarranjos e rupturas no meio ambiente urbano (NOGUEIRA; PAIVA, 2018). O enfrentamento deste cenário passa pela ponderação entre as diferentes áreas de conhecimento necessárias para o diagnóstico do contexto existente, assim como pelo envolvimento da população diretamente atingida pelos desastres naturais.

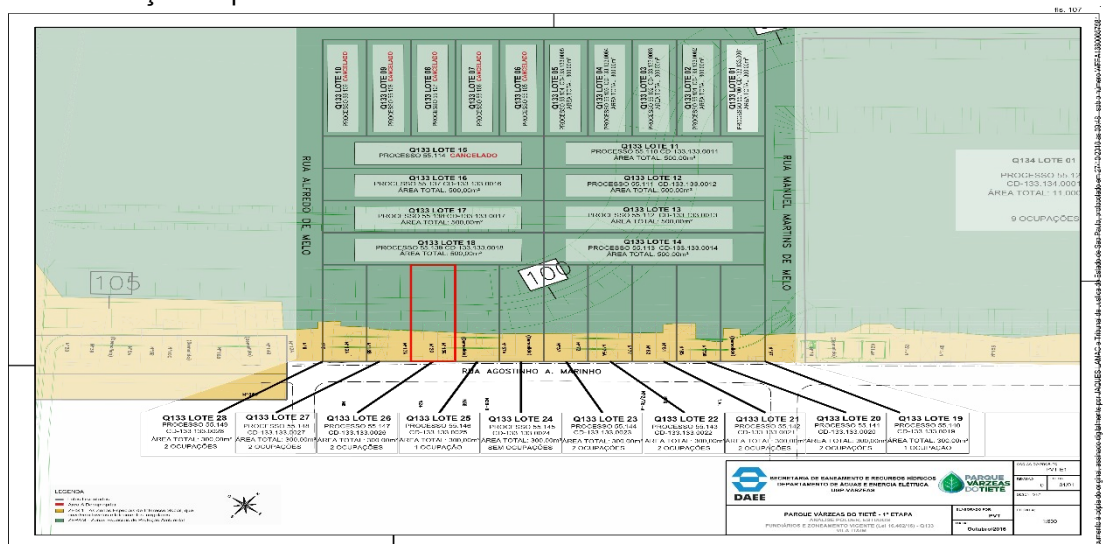
Dessa forma, a adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise e planejamento não é somente um instrumento de gestão das águas urbanas, mas pode se configurar como um instrumento de análise física e social do território, a partir de uma visão privilegiada de distribuição de usos e classes sociais ao longo do território construído. No estudo por bacia hidrográfica, a análise do mapa do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, por exemplo, revela a forte presença de populações de baixa renda nas várzeas alagáveis dos rios que compõem as bacias hidrográficas do Rio Tietê. Dentro desta premissa, os cadernos de bacia hidrográfica produzidos para a prefeitura de São Paulo propõem soluções de drenagem para a totalidade das bacias estudadas, propondo obras estruturais de contenção, quando necessárias, e soluções sustentáveis de drenagem, quando possíveis.

Além dos mapas que compõem os diagnósticos das bacias hidrográficas, como o de uso e ocupação do solo, níveis de alagamento, altitude e densidade demográfica, um mapa igualmente importante para a composição de cenários para a formulação de políticas públicas seria o mapa fundiário das bacias hidrográficas, com a localização dos proprietários de terra das bacias de drenagem que compõem o cenário social das bacias.



Nos processos de remoção de populações de baixa renda para a construção do polder da Vila Itaim, os moradores removidos foram indenizados nos processos de imissão na posse pelas benfeitorias construídas, que muitas vezes se resumem a estruturas de madeira com baixíssimos valores agregados e que resultam em valores irrisórios. Já os proprietários das matrículas destas terras, mesmo submersas pelas águas em áreas localizadas no cinturão meândrico do Rio Tietê, receberam indenizações dadas pela Estado, de acordo com cálculos que consideraram valores de mercado associados a terras utilizadas para fins de moradia por uma população que detinha a posse destas áreas, muitas vezes com tempo aquisitivo de usucapião urbano.⁴

Imagem 1 - Estudo fundiário produzido pelo DAEE para instrução dos processos de desapropriação para a construção do polder Itaim.



Fonte: processo 1012958-80.2016.8.26.0053, fls. 107.

Em detrimento dos valores dispendidos para indenização dos proprietários grafados nas matrículas dos imóveis, as remoções de moradores de baixa renda promovidas pelas obras de contenção realizadas pelo Estado não contabilizam os custos necessários de atendimento habitacional definitivo das famílias impactadas, utilizando a política de auxílios provisórios que possuem como efeito colateral um potencial direcionamento de famílias de baixa renda para novas situações de risco, na medida em que os auxílios temporários ofertados são insuficientes para o pagamento de aluguéis em áreas urbanizadas providas de infraestrutura.

⁴ As perícias técnicas realizadas em diferentes processos associados a cada matrícula foram realizadas por diferentes profissionais e realizadas com diferentes metodologias de cálculo. Mesmo considerando as normas CAJUBA para avaliação de imóveis na Capital, que consideram fatores de depreciação associados as favelas e áreas alagáveis, as indenizações foram pagas majoritariamente aos proprietários registraes e não aos ocupantes dos imóveis.



Desde a criação do programa Várzeas do Tietê⁵, hoje substituído pelo programa Renasce Tietê, estava previsto o reassentamento de, aproximadamente, 7.000 domicílios. Os reassentamentos seriam feitos na mesma região, com a construção de novas unidades habitacionais numa parceria da Sehab com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP).⁶ A construção de projetos habitacionais para o reassentamento de famílias atingidas por obras de drenagem é uma promessa existente desde os primórdios dos programas criados pelo governo do Estado.

O projeto Recupera Pantanal, anunciado pela prefeitura de São Paulo em junho de 2025, em parceria com o governo do Estado, pretende remover 4344 domicílios entre julho de 2025 e dezembro de 2029, sem apresentação de um projeto habitacional para o atendimento das famílias impactadas. Seguindo a mesma diretriz dos programas anteriores, as manchas de remoções anunciadas causam grande apreensão entre os moradores residentes nestes territórios e poucas informações concretas a respeito de estudos técnicos que levaram a delimitação da quantidade de remoções necessárias ou precisão de escala em mapas que permitam a visualização das famílias que seriam efetivamente impactadas pelo novo projeto. Da mesma forma, não foram apresentados projetos habitacionais necessários para o deslocamento forçado de milhares de famílias.

O histórico de projetos anunciados para o território ocupado das várzeas do Rio Tietê revela uma dicotomia entre os estudos técnicos desenvolvidos para as bacias que conformam as várzeas do Tietê⁷ e as decisões políticas tomadas ao longo dos anos, marcadas pela desinformação e baixa participação social nas decisões tomadas, sem compromissos com o histórico de articulação e mobilização social em curso nestes territórios.⁸

⁵ Em 2010, o Governo do Estado de São Paulo deu início ao Programa Várzeas do Tietê, que visava executar obras de drenagem, saneamento e remoção de ocupações irregulares das margens do Rio Tietê, com reassentamento de famílias retiradas da área, além da implantação de um parque linear com 75 km de extensão, anunciado como o maior parque linear do mundo, denominado Parque Várzeas do Tietê (PVT).

⁶ Várzeas do Tietê será o maior parque linear do mundo. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/habitacao/w/noticias/14609>. Acesso em julho de 2015.

⁷ SILVA, L. A.; KOURY, A. P. **A modelagem hidrológica como instrumental para a resiliência urbana: o caso da bacia do Ribeirão Lajeado, São Paulo/SP.** São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac), 2023. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/encac/article/view/3735/3607>.

FCTH. **Caderno de bacia hidrográfica: bacias dos ribeirões Água Vermelha e Lajeado e do córrego São Martinho / Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica – São Paulo: FCTH/SIURB, 2024. 290 p.**

⁸ IABSP, Instituto Alana. **Plano de Bairro do Jardim Pantanal: fase 1 – São Paulo, SP: Instituto Alana, 2022.** Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Plano-Bairro-Jardim-Pantanal.pdf>



O planejamento e a gestão das águas urbanas demandam uma abordagem integrada entre as medidas ditas convencionais e os dispositivos de drenagem sustentáveis na busca de um ambiente urbano protegido e equilibrado (TRAVASSOS, 2012). Apesar do protagonismo das velhas soluções de drenagem como canalizações, reservatórios de armazenamento e polders, medidas consideradas mais sustentáveis, como parques lineares, naturalização de canais, revitalização de cursos d'água e as chamadas infraestruturas verdes, com o princípio de convivência com as cheias e sistema de alerta a inundação, devem protagonizar as novas soluções de drenagem urbana. Além de ambientalmente compatível com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, uma abordagem alinhada ao ambiente natural existente demanda maior protagonismo social e compreensão de funcionamento das dinâmicas da natureza e dos impactos causados pelas ocupações humanas no meio ambiente.

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do funcionamento das dinâmicas de drenagem urbana por parte das populações potencialmente atingidas pelos desastres naturais possui potencial didático para o enfrentamento cotidiano de ações que impactam a gestão das águas nas bacias hidrográficas, contribuindo para a formação de sociedades mais resilientes e preparadas para a gestão dos cenários futuros de convivência com as mudanças climáticas.

Os projetos e políticas públicas de enfrentamento dos desastres naturais devem considerar os estudos técnicos existentes, assim como os processos de mobilização social em curso, almejando uma mudança de paradigmas sobre a gestão das águas urbanas em parceria com a sociedade.

REFERÊNCIAS

TRAVASSOS, L. R. F. C. INUNDAÇÕES URBANAS: UMA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 1, núm. 1, 2012, pp. 88-105, Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4716/471647096005.pdf>. Acesso em: julho de 2025.

INSTITUTO PÓLIS. Diagnóstico Preliminar à Regularização Fundiária em área no Jardim Pantanal (Contrato de consultoria técnica ao Instituto Alana). São Paulo, 2019.

LIBÓRIO, D. C. Diagnóstico Jurídico do Plano de Regularização Fundiária do Jardim Pantanal. São Paulo, 2019. Disponível em:



https://alana.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Diagn%C3%B3stico-Jur%C3%ADdico_Lib%C3%B3rio-e-Corteze-Advogados-1.pdf

IABSP, Instituto Alana. **Plano de Bairro do Jardim Pantanal: fase 1** – São Paulo, SP: Instituto Alana, 2022. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Plano-Bairro-Jardim-Pantanal.pdf>

SILVA, L. A.; KOURY, A. P. **A modelagem hidrológica como instrumental para a resiliência urbana: o caso da bacia do Ribeirão Lajeado, São Paulo/SP.** São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac), 2023. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/encac/article/view/3735/3607>.

CANIL, K.; LAMPIS, A.; SANTOS, K. L. D. **Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista.** Cadernos MetrÓpole, v. 22, n. 48, p. 397-416, 2020.

NOGUEIRA, F. R. & PAIVA, C. F. E. **Uma contribuição ao tratamento de riscos em urbanização de assentamentos precários.** Oculum Ensaios. Campinas, 15(3), p. 437-454, 2018.

FCTH. **Caderno de bacia hidrográfica: bacias dos ribeirões Água Vermelha e Lajeado e do córrego São Martinho / Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica** – São Paulo: FCTH/SIURB, 2024. 290 p.